

Comissão pede dados sobre estrutura de escolas municipais

Colegiado aprovou requerimentos e projetos e solicitou informações à Educação

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal da cidade de São Paulo aprovou, nesta quarta-feira (18), uma série de requerimentos solicitando informações à Secretaria Municipal de Educação sobre diferentes aspectos da rede pública de ensino. Entre os pedidos, estão dados relacionados à infraestrutura física das unidades escolares, à participação das famílias no ambiente educacional, à situação de professores em readaptação e ao funcionamento do sistema de gestão pedagógica.

Os requerimentos fazem parte de um conjunto de seis solicitações aprovadas durante a reunião do colegiado, sendo quatro deles de autoria do vereador Senival Moura (PT). Segundo o parlamentar, o objetivo é reunir informações que possam subsidiar o trabalho dos parlamentares e atender às demandas apresentadas por profissionais da educação e pela comunidade escolar.

Além das solicitações de informação, a comissão também analisou uma pauta com 16 itens. Do total, 12 propostas receberam parecer favorável e avançaram na tramitação. Outras matérias tiveram encaminhamentos distintos: uma foi adiada, duas permaneceram pendentes de votação e uma acabou retirada da discussão.



Solicitações em reunião do colegiado, quatro delas de autoria do vereador Senival Moura (PT)

Entre os projetos que obtiveram aval está o Projeto de Lei 647/2023, que é de autoria das vereadoras Silvia da Bancada Feminista (PSOL) e Keit Lima (PSOL). O PL propõe a inclusão do “Dia do Veganismo Popular” no calendário oficial do município. Também foi aprovado o Projeto de Lei 980/2025, apresentado pelos vereadores Marcelo Messias (MDB) e Silvano Leite (UNIÃO), que institui o “Dia do Aniversário do Bairro Varginha” como evento oficial da cidade de SP.

Atribuição de aulas

Outro destaque da reunião foi a aprovação de um requerimento do vereador Celso Giannazi (PSOL), que propõe a realização de uma audiência pública para discutir o processo de atribuição de aulas aos docentes da rede municipal. A iniciativa da Comissão tem o objetivo de ampliar o debate sobre critérios e práticas adotadas na organização das atividades escolares.

A presidente da comissão, vereadora Sonaira Fernandes (PL), também apresentou um

requerimento convidando o secretário municipal de Cultura e Economia Criativa para prestar esclarecimentos ao colegiado. O objetivo é discutir ações, prioridades e, também, demandas relacionadas à área cultural, que também integra o escopo de atuação da comissão.

Cultura e esporte

Durante a reunião, foi destacado que, além das questões educacionais, o colegiado tem atribuições voltadas à cultura e ao esporte, o que amplia o

campo de discussão e acompanhamento das políticas públicas nesses setores. A intenção, segundo os parlamentares, é promover maior alinhamento institucional e acompanhar de perto as iniciativas do Executivo ao longo do ano.

Ao final dos trabalhos, os vereadores também definiram os representantes da comissão que irão compor bancas julgadoras, deliberativas e avaliadoras de premiações concedidas pela Câmara Municipal. As indicações contemplam diferentes áreas, como educação, cultura e participação juvenil.

Foram designados os seguintes nomes: Celso Giannazi (PSOL) para o Prêmio Anastácia de Forró e o Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Municipal; Eliseu Gabriel (PSB) para o Prêmio Anísio Teixeira de Educação; Adrilles Jorge (UNIÃO) para o Prêmio Heitor Villa-Lobos; e Senival Moura (PT) para o Parlamento Jovem do Ensino Médio.

A reunião contou com a participação de parlamentares de diferentes partidos representados na Câmara, além da presidência do colegiado. O encontro integra a agenda regular de atividades da comissão, responsável por acompanhar e deliberar sobre temas relacionados à educação, cultura e esportes no município.

Câmara de SP aprova 31 projetos em sessão plenária

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP

A Câmara de SP aprovou um total de 31 projetos apresentados por vereadores. Parte das propostas trata de medidas de enfrentamento à violência contra a mulher e de políticas de proteção às vítimas.

A sessão também marcou o retorno do presidente da Casa, Ricardo Teixeira (União), após período de licença para tratamento de saúde. Ele agradeceu o apoio durante o afastamento e mencionou ter enfrentado problemas de imunidade.

Entre os temas debatidos, ganhou destaque a mudança de nome de um logradouro na região central. Um projeto aprovado em primeira votação propõe substituir a denominação da Rua Peixoto Gomide, na Bela Vista, por Rua Sophia Gomide. A proposta tem como objetivo rever homenagens consideradas inadequadas e valorizar a memória de vítimas de violência na cidade.

Parlamentares defenderam a



Sessão teve a volta do presidente Ricardo Teixeira (União)

iniciativa como um gesto simbólico e alinhado ao debate sobre violência de gênero. O plenário também discutiu medidas voltadas à proteção das mulheres, como projetos de ações preventivas, uso de tecnologia para monitoramento de agressores e iniciativas de conscientização.

Entre as propostas em tramitação, estão a criação de um cadastro unificado de casos de violência doméstica e programas de monitoramento de indivíduos com medidas protetivas, além de adoção de ferramentas em apps de transporte para segurança de passageiras.

Legislativo aguarda lista de devedores

A Câmara de SP aguarda o envio, por parte da Prefeitura, de uma lista com os principais devedores de impostos da cidade. O tema foi destaque na Sessão Plenária da última quinta-feira (19), marcada por discursos de lideranças. A condução dos trabalhos ficou a cargo do 1º vice-presidente da Casa, vereador João Jorge (MDB). O parlamentar afirmou que há expectativa de que os dados sejam encaminhados nesta semana. Segundo ele, o montante devido pode ultrapassar R\$ 150 bilhões, valor superior ao orçamento anual da cidade, estimado em R\$ 135 bilhões. A capacidade de investimento prevista para 2026 é de R\$ 14 bilhões.

João Jorge destacou que existem empresas com débitos bilionários na capital e defendeu a divulgação dos nomes como forma de dar transparência ao tema. Ele argumentou que a recuperação

desses recursos poderia ampliar investimentos em áreas como saúde, educação, transporte e infraestrutura urbana, incluindo obras de combate a enchentes.

O vereador também mencionou que os debates recentes na Câmara têm abordado projetos voltados às mulheres, diante da preocupação com casos de violência de gênero no país.

Nos comunicados de liderança, a vereadora Janaina Paschoal (PP) comentou a aprovação, em primeiro turno, de um projeto que propõe a alteração do nome da Rua Peixoto Gomide, na região central. Ela defendeu maior diálogo com moradores.

Já o vereador Celso Giannazi (PSOL) voltou a criticar o SampaPrev 2, destacando a cobrança de 14% sobre aposentadorias e pensões. Segundo ele, a medida reduz a renda de beneficiários e afeta o custeio de despesas básicas.